

Vice-PGR denuncia transporte de processos em autocarros



Joana Marques Vidal, a procuradora-geral da República, e Adriano Cunha: O Ministério Público quer mais meios

Congresso Magistrado diz que há falta de meios e dificuldades de adaptação ao novo mapa judiciário

Nuno Miguel Maia
nunomm@jn.pt

HÁ NOVAS COMARCAS sem veículos automóveis e o Ministério Público (MP) tem sentido dificuldades de adaptação ao novo mapa judiciário. A revelação é do vice-procurador-geral da República, Adriano Cunha, e foi feita no encerramento do 10. Congresso do MP, ontem em Vilamoura.

“Uma nova reforma organizativa que todos entendiam como necessária e conveniente que viu o seu arranque prejudicado por falta de necessário investimento em infraestruturas logísticas, em instalações, falta delas, funcionários, falta de funcionários e em falta de sistema informático”, afirmou, dando como exemplo o parque das viaturas: “Estamos confrontados com comarcas em que não existem coisas tão simples como veículos automóveis para transportar pessoas e processos naquelas áreas abrangidas pelas novas comarcas”.

O número dois da Procuradoria Geral da República salienta

que, nos últimos meses, o Ministério Público tem adotado uma “atitude de colaboração leal, para obviar as dificuldades surgidas” em nome do “interesse público”.

“Mas há que reconhecer que o MP tem encontrado especiais dificuldades, não só alguns traços da reforma, no que tange ao figurino da gestão das comarcas, se adaptam mal às características de autonomia do MP”, disse, referindo-se ainda aos edifícios e falta de locais para instalação de gabinetes de magistrados.

Questionado pelo JN, Adriano Cunha deu o exemplo da comarca de Viseu, em que “as mesmas instalações têm muito mais serviços e magistrados”. Além disso, “não há carros e os poucos que existem não chegam e estão desgastados e são necessários para deslocações de quem coordena”, salienta o vice-procurador-geral, explicando que, nestas condições, vários processos são transportados de “autocarro ou pelos correios”. Outro exemplo é o da Madeira, em que “todos os processos do juiz de instrução estão no Funchal”.

Anteontem, a ministra Paula Teixeira da Cruz salientara as “virtualidades” da reforma, embora admitindo “alterações” para breve, mas sublinhou que o Ministério da Justiça tem concedido todos os

SINDICATO EXIGE ESTATUTO JÁ

► A Rui Cardoso, presidente do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (MP), exigiu ontem que o novo estatuto do MP seja “aprovado até ao final da legislatura”. Se isso não vier a acontecer, continuará durante anos “com um estatuto e uma organização desadequada da nova organização judiciária” e mantidas “estranguladas as carreiras dos magistrados”. No encerramento salientou ainda as boas relações com a Procuradoria Geral da República e a ministra da Justiça, Paula Teixeira da Cruz.

FERNANDO FONTES / GLOBAL IMAGES

meios solicitados para as intervenções.

Mudança de cosmética

A reforma do mapa judiciário foi ainda criticada por João Paulo Dias, investigador da Universidade de Coimbra. “Só mudou de cosmética”, disse o também diretor-executivo do Centro de Estudos Sociais daquela universidade, que nota o desaparecimento da expressão “tribunal”.

O novo mapa adota os termos “comarca” e “instância central” e “instância local”. A omissão levará à transformação dos tribunais em “serviço de justiça”, alerta.

O investigador afirma que a reforma está sustentada em “relatórios pouco fundamentados” e “está desarticulada face a outros serviços públicos relacionados com as necessidades da população, como a segurança social, a saúde e a educação”. “Há disfuncionalidade”. “Uma reforma desta magnitude implicava pelo menos um folheto informativo enviado para a casa das pessoas. A casa das pessoas não pode só chegar propaganda eleitoral”, argumenta João Paulo Dias.

Neste contexto, diz o investigador que o MP pode minimizar o “impacto da reforma” mediante o atendimento aos cidadãos, nos tribunais. Medida que também é defendida pelo sindicato do MP. ●



MP a 100 quilómetros

A corroborar a obrigação de os magistrados atenderem pessoalmente os cidadãos em todas as áreas, João Rato (na foto), coordenador da Comarca de Aveiro e ex-inspetor do Ministério Público, também criticou o facto de, com o novo mapa judiciário, e por força da criação de instâncias centrais, os serviços de atendimento aos cidadãos ficarem “em alguns casos a 100 quilómetros das casas dos cidadãos”.

“Na altura saberá”

João Rato salienta, ainda, a necessidade de melhorar a forma como é comunicada a convocatória aos cidadãos para comparecerem a diligências. O procurador contou que ele próprio, enquanto testemunha, já sentiu as deficiências: “Liguei para um tribunal para saber por que me convocavam como testemunha e responderam: ‘Na altura saberá’”.

Eleições no dia 21

No próximo dia 21 irão decorrer eleições no Sindicato dos Magistrados do Ministério Público. António Ventinhas (lista A, afeta à atual direção, liderada por Rui Cardoso) e Júlio Pina Martins (lista B) são os candidatos à presidência e estiveram presentes no congresso em Vilamoura.